



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ**

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)  
PRM-FLR-PI-00000846/2026**

<b>REFERÊNCIA</b>	PGEA nº 1.27.000.001084/2025-66
<b>EMENTA</b>	Contratação, com prazo de 5 anos, de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção de 2º e 3º níveis nos extintores de incêndio dispostos no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Floriano-PI (PRM/Floriano), com periodicidade anual e sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de componentes de reposição e de todos os materiais de consumo, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários à plena execução dos serviços, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de referência.

**SUMÁRIO**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	2
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	9
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	10
5. EXECUÇÃO DO OBJETO	11
6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES	14
7. GESTÃO DO CONTRATO	18
8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	20
9. SANÇÕES	26
10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO	19
11. ESTIMATIVA DO PREÇO	29
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	29
13. CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A LEI Nº 12.527/2011	29

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação com prazo de 5 anos de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção de 2º e 3º níveis nos extintores de incêndio dispostos no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Floriano-PI (PRM/Floriano), com periodicidade anual e sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de componentes de reposição e de todos os materiais de consumo, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários à plena execução dos serviços, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de referência.
- 1.2. Os serviços serão prestados de acordo com os quantitativos e os valores estimados na tabela abaixo:

**ITEM ÚNICO – Contratação com prazo de 5 anos para prestação de serviços contínuos de manutenção dos extintores de incêndio dispostos no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Floriano, com endereço na Avenida Senador Dirceu Arcoverde, 636, bairro São Borja, CEP 64808-250, Floriano-PI, com periodicidade anual e sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de componentes de reposição e de todos os materiais de consumo, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários à plena execução dos serviços, conforme especificado a seguir:**

DESCRIÇÃO	U.M.	CATSER	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1) Manutenção de 2º nível, incluindo recarga, em extintores de incêndio PQS (ABC), de 6kg, com periodicidade anual.	Serviço	3662	2	R\$ 166,20	R\$ 332,40
2) Manutenção de 2º nível, incluindo recarga, em extintores de incêndio CO <sup>2</sup> , de 6kg, com periodicidade anual.	Serviço	3662	1	R\$ 274,60	R\$ 274,60
3) Manutenção de 3º nível, incluindo recarga e realização de ensaio hidrostático, em extintores de incêndio PQS (ABC), de 6kg, com periodicidade máxima quinquenal.	Serviço	3662	1	R\$180,80	R\$ 180,80
4) Manutenção de 3º nível, incluindo recarga e realização de ensaio hidrostático, em extintor de incêndio CO <sup>2</sup> , de 6kg, com periodicidade máxima quinquenal.	Serviço	3662	1	R\$ 295,80	R\$295,80
<b>VALOR TOTAL (ANUAL) ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>					<b>R\$ 1.083,60</b>

- 1.3. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, custos logísticos de deslocamento, de hospedagem, de alimentação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 1.4. As manutenções de 2º nível nos extintores de incêndio descritos, incluindo recargas, serão realizadas a cada 12 (doze) meses, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos nas normas técnicas pertinentes e neste Termo de referência.
- 1.5. As manutenções de 3º nível nos extintores, incluindo recargas e a execução de ensaios hidrostáticos, serão realizadas no intervalo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de fabricação do extintor ou do último teste hidrostático realizado.
- 1.6. Os quantitativos referentes às manutenções nos extintores acima informados são meramente estimativos, pelo que somente serão pagos os serviços efetivamente executados. Na ocasião em que for realizada a manutenção de 3º nível em determinado extintor, esta suprirá a necessidade de execução da manutenção de 2º nível. Assim, estima-se que serão realizadas 5 (cinco) manutenções por ano, somados os dois níveis, conforme a quantidade total de 5 (cinco) extintores instalados na PRM/Floriano, divididos em 4 (quatro) do tipo PQS (ABC) e 1 (um) do tipo CO<sup>2</sup>.
- 1.7. As manutenções acima descritas poderão ainda ser realizadas a qualquer tempo, quando for necessária a substituição de componentes dos extintores, em virtude de dano, desgaste ou falha de operação constatada nas conferências periódicas feitas pela CONTRATANTE; bem assim a recarga, sempre que houver a necessidade de reposição de agente extintor, em decorrência de uso.
- 1.8. No valor anual estimado desta contratação estão incluídos os custos referentes a peças, componentes e agentes extintores eventualmente substituídos ou repostos pela CONTRATADA, bem assim todas as despesas com transporte, carga, descarga, instalação, desinstalação e substituição de extintores durante o período de realização das manutenções.
- 1.9. O prazo de vigência da contratação é de 5 (anos), contados a partir da data de início da prestação dos serviços, definido a partir da emissão de ordem de serviço, ou outra data fixada em contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133/2021](#).
  - 1.9.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua realização constitui uma necessidade permanente cujo atendimento visa assegurar o desempenho adequado dos extintores de incêndio no momento de sua utilização, de modo a propiciar maior segurança aos usuários e ao patrimônio da

PRM/Florianópolis. Portanto a vigência plurianual é mais vantajosa para a Administração em termos de eficiência e economicidade, pois, em razão de tal necessidade ultrapassar sucessivos exercícios financeiros, a abrangência desse período por um único contrato possibilita evitar dispêndios adicionais de recursos e esforços que ocorreriam, caso se optasse pela realização de procedimentos licitatórios ou contratações pontuais para a referida Unidade, a cada ano.

- 1.9.2. Corroborando o acima exposto a disposição contida no art. 1º, inciso XXII, da [Instrução Normativa SG/MPF nº 01/2018](#), que considera o objeto desta contratação serviço de natureza continuada, como segue *in verbis*:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:  
(...)  
XL. Recarga de extintores;

#### 1.10. Ramo de atividade predominante da contratação

- 1.10.1. **PDM: Código do Grupo: 872** – Serviços de reparo de outros bens;  
1.10.2. **Código do Serviço: 3662** – Manutenção extintores / mangueiras - combate incêndio

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Legislação e normas aplicáveis à contratação e seu objeto

- 2.1.1. [Lei nº 14.133/2021](#): Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 2.1.2. [Lei Complementar nº 123/2006](#), atualizada: Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 2.1.3. [Decreto nº 8.538/2015](#), atualizado: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- 2.1.4. [Portaria PGR/MPU nº 28/2023](#): Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e

fiscais de contratos, no âmbito do Ministério Público da União.

- 2.1.5. [Portaria SG/MPF nº 174/2019](#): Regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal.
- 2.1.6. [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#): Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.
- 2.1.7. [Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017](#), atualizada: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.1.8. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022](#): Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.1.9. [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010](#): Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 2.1.10. [Instrução Normativa SG/MPF nº 01/2018](#), atualizada: Dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal.
- 2.1.11. [Lei nº 12.305/2010](#): Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 2.1.12. [Resolução CONFEA nº 1.137/2023](#): Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências.
- 2.1.13. [Norma Regulamentadora nº 6](#), do Ministério do Trabalho: Estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI.
- 2.1.14. [Lei Federal nº 13.425/2017](#): Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nº s 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.

- 2.1.15. [Portaria nº 58/2022](#), do Inmetro, consolidada: Aprova o Regulamento técnico da qualidade e os requisitos de avaliação da conformidade para a inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio.
- 2.1.16. [Lei Estadual nº 5.483/2005](#), atualizada: Dispõe sobre a competência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí e sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado, e dá outras providências.
- 2.1.17. [Portaria PGR/MPF nº 417/2013](#): Dispõe sobre o Plano de Segurança Institucional do Ministério Público Federal.
- 2.1.18. **Norma ABNT:NBR 12962/2016, atualizada**: Estabelece os requisitos para conferência periódica e os serviços de inspeção e manutenção de extintores de incêndio portáteis e sobre rodas, especificados nesta Norma, visando propiciar maior segurança ao usuários e desempenho adequado do produto no momento de sua utilização.
- 2.1.19. **Norma ABNT:NBR 12779/2009, atualizada**: Fixa os requisitos mínimos exigíveis quanto à inspeção, manutenção e cuidados necessários para manter a mangueira de incêndio aprovada para uso.

## 2.2. **Justificativa quanto à necessidade da contratação**

- 2.2.1. A Procuradoria da República no Município de Floriano-PI dispõe de 5 (cinco) extintores de incêndio instalados em seu edifício-sede, com o objetivo de atender às exigências legais e regulamentares de prevenção e combate a incêndio, de forma a garantir maior segurança aos seus usuários e a integridade do patrimônio público. Para estarem em condições adequadas de operação em uma eventual necessidade de utilização, os extintores de incêndio precisam ser submetidos a rotinas periódicas de manutenção estabelecidas nas normas técnicas e legais de segurança vigentes no País e no estado do Piauí, em especial a [Lei Federal nº 13.425, de 30 de março de 2017](#), a [Lei Estadual nº 5.483, de 10 de agosto de 2005](#), as [Portarias nº 148/2015](#) e [58/2022](#), do Inmetro, e a NBRs 12779: 2009 e 12962:2016, da ABNT.
- 2.2.2. Os serviços de manutenção são imprescindíveis para garantir a conservação e, quando necessário, o reparo dos extintores, visando prolongar seu tempo de vida útil e mantê-los em plenas condições de funcionamento, constituindo, portanto, item indispensável para a realização das atividades deste Órgão em condições de segurança adequadas.
- 2.2.3. A execução dos serviços pretendidos é também uma das medidas exigidas pelo

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí, para fins de obtenção do Atestado de regularidade das instalações das sedes das Unidades do MPF neste Estado, no que se refere à segurança contra incêndio e pânico. Para tanto, os extintores de incêndio das Unidades devem estar com o prazo de validade de suas inspeções e manutenções em dia.

- 2.2.4. Cumpre frisar que a realização desses serviços nas periodicidades recomendadas é indispensável para que a PRM/Floriano cumpra a orientação prevista no item IV do subtópico 4.2.6 do Plano de Segurança Institucional do MPF, instituído pela [Portaria PGR/MPF nº 417, de 5 de julho de 2013](#), a saber:

4.2.6 Emergência, Prevenção a Pânico e Prevenção e Combate a Incêndio

As unidades do MPF devem seguir as seguintes orientações:

(...)

IV - As condições de manutenção e recarga dos extintores de incêndio devem ser verificadas periodicamente. Especial atenção deve ser dada aos contratos de manutenção e aos seus prazos.

- 2.2.5. Por fim, a contratação pretendida também se justifica em razão das especificidades que envolvem a composição dos extintores, cuja inspeção, manutenção e reparo requerem o emprego de mão de obra especializada e qualificada, não disponível no quadro de servidores deste Órgão requisitante.

### 2.3. Justificativa quanto aos quantitativos

- 2.3.1. A quantidade total de extintores de incêndio instalados na PRM/Floriano é de 5 (cinco) unidades.
- 2.3.2. Os serviços de manutenção dos extintores de incêndio compreendem várias rotinas previstas nos manuais dos fabricantes e nas normas técnicas da ABNT, notadamente a NBR 12962:2016, que também recomenda, a depender de sua natureza, a periodicidade mínima com que cada ação deve ser executada.
- 2.3.3. Segundo o *item 5.3.7* da referida norma técnica, a manutenção de 2º nível dos extintores, incluindo a execução de recarga, deve ser realizada na frequência de 12 (doze) meses.
- 2.3.4. Quanto à manutenção de 3º nível, o *item 5.3.8* da NBR 12962:2016 prevê um intervalo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de fabricação ou do último ensaio hidrostático feito no extintor, a qual supre a necessidade de execução da manutenção de 2º nível no mesmo extintor.



2.3.5. Considerando a periodicidade anual exigida para a manutenção dos extintores de incêndio e o quantitativo destes à disposição da PRM/Florianópolis, serão executadas o total de 5 (cinco) manutenções anuais.

#### 2.4. **Justificativa quanto à natureza do serviço**

2.4.1. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, conforme Art. 6º, inciso XIII, da [Lei nº 14.133/2021](#):

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

#### 2.5. **Alinhamento ao Planejamento Estratégico**

2.5.1. A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (PEI/MPF) para o período de 2024-2027, instituído por meio da [PORTARIA PGR/MPF Nº 843, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024](#), na medida em que atende ao Objetivo Estratégico nº 07 (“incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável”).

#### 2.6. **Do Enquadramento e do Planejamento da contratação**

2.6.1. A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II da [Lei nº 14.133/2021](#), e será realizada mediante DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO.

2.6.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, no seguinte detalhamento: PRPI-D0023/26.

#### 2.7. **Do parcelamento da solução**

2.7.1. A solução não poderá ser parcelada, pois se trata de único item composto por serviços de execução continuada que, por terem natureza e grau de complexidade semelhantes, guardam relação entre si e têm o potencial de proporcionar economia de escala e maior eficiência na sua gestão e execução contratual.

2.7.2. Assim, o parcelamento representaria maiores custos operacionais e administrativos à execução do objeto, não se mostrando viável técnica e economicamente.

2.7.3. Ressalta-se que, pelo fato de o objeto se tratar de um serviço comum, amplamente executado nos órgãos e entidades públicas por várias empresas especializadas no ramo, não há óbice à ampla competitividade.



2.7.4. Em suma, a reunião das soluções num único item tem o condão de propiciar maior atratividade do certame aos fornecedores, possibilitando o aumento do número de participantes e da competitividade, por conta da possibilidade de maior ganho, além do fato de que lidar com um único prestador diminui o custo administrativo de gerenciamento e fiscalização do contrato.

## 2.8. Da participação no certame

2.8.1. Com esteio no art. 4º da [Lei nº 14.133/2021](#), será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, consistente em participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da [Lei Complementar nº 123/2006](#), *in verbis*:

Art. 47 Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

## 2.9. Da participação de pessoa física

2.9.1. Não será permitida a participação de pessoas físicas no certame, por não atender as exigências previstas no presente Termo de Referência, sobretudo no que se refere à necessidade de utilização de equipamentos, instalações e corpo técnico especializado, conforme [Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021](#).

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A presente solução consiste na contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção de 2º e 3º níveis nos extintores de incêndio dispostos no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Florianópolis (PRM/Florianópolis), com periodicidade anual e sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento

de componentes de reposição e de todos os materiais de consumo, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.

- 3.2. A manutenção de 2º nível dos extintores consiste em manutenção de caráter preventivo e corretivo, realizada anualmente, que requer execução de serviços com equipamento e local apropriados, isto é, na empresa registrada no Inmetro, onde deve ser feita a recarga dos extintores e verificação dos seus componentes externos e internos.
- 3.3. A manutenção de 3º nível consiste em um processo de revisão total dos extintores de incêndio, incluindo a recarga e execução de ensaios hidrostáticos, realizada em periodicidade máxima quinquenal, nas instalações da empresa registrada.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

---

##### 4.1. Sustentabilidade

- 4.1.1. A Contratada deverá observar as normas dispostas no art. 45 da [Lei nº 14.133/2021](#), as melhores práticas socioambientais para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidas na [Lei nº 12.305/2010](#) – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010](#), bem assim, no que couber, as diretrizes, critérios e procedimentos descritos no [Guia de Contratações Sustentáveis do MPF](#).

##### 4.2. Subcontratação

- 4.2.1. É vedada a subcontratação parcial do objeto.

##### 4.3. Garantia da contratação

- 4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da [Lei nº 14.133/2021](#), por tratar-se de uma contratação de baixo risco para a Administração, cujo objeto, para sua execução, não há necessidade do emprego de mão de obra residente, visto que é um serviço de pronta entrega.

##### 4.4. Vistoria

- 4.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, pois estes serão realizados nas instalações da empresa contratada.

##### 4.5. Do Consórcio

- 4.5.1. Não será permitida a participação de consórcios no certame, devido à existência de diversas empresas no mercado com capacidade individual de execução dos serviços pretendidos.

## 5. EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Locais e horário de recolhimento e entrega dos equipamentos de incêndio

5.1.1. Os equipamentos de incêndio serão recolhidos e entregues, pela CONTRATADA, no edifício-sede Procuradoria da República no Piauí situado na Avenida Senador Dirceu Arcoverde, 636, bairro São Borja, CEP 64808-250, Floriano-PI, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 16:30h, e, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados, a critério e sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

### 5.2. Condições gerais de execução

- 5.2.1. Os serviços de manutenção objeto deste Termo de referência serão executados nos extintores de incêndio descritos no *item 1.2*, segundo os respectivos quantitativos, periodicidades e procedimentos estabelecidos neste instrumento, nos manuais dos fabricantes e nas normas pertinentes da ABNT e da legislação vigente.
- 5.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra, insumos, materiais de consumo, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo a substituição ou reposição de componentes dos extintores e a recarga destes, sempre que necessárias, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
- 5.2.3. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais qualificados, especializados e devidamente habilitados para desenvolverem os procedimentos indispensáveis à plena execução dos serviços contratados.
- 5.2.4. A CONTRATADA deverá seguir os requisitos da [Portaria nº 58, de 16 de fevereiro de 2022](#), do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
- 5.2.5. A CONTRATADA será responsável por fornecer aos seus funcionários e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) indispensáveis à preservação de sua saúde e segurança, cujas especificações devem estar em conformidade com a [Norma Regulamentadora nº 6](#), do Ministério do Trabalho.
- 5.2.6. A CONTRATADA deverá dispor de extintores de incêndio semelhantes ou superiores aos instalados nas dependências do edifício da CONTRATANTE para substituir os desta, nos mesmos locais dos retirados, durante o período necessário à realização da manutenção, caso opte por essa forma de execução dos serviços.
- 5.2.7. A seu critério, a CONTRATADA pode fornecer seus próprios extintores e mantê-los à disposição da CONTRATANTE durante o intervalo entre uma manutenção e outra,

desde que eles sejam idênticos ou superiores aos atualmente instalados na sede desta.

- 5.2.8. A necessidade de manutenção de natureza corretiva nos extintores de incêndio poderá ser diagnosticada por meio da conferência periódica realizada pela Fiscalização da CONTRATANTE, ou durante a eventual utilização dos equipamentos, ocasiões em que a CONTRATADA será acionada para proceder aos devidos reparos e correções, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- 5.2.9. As intervenções corretivas serão requisitadas pela CONTRATANTE mediante chamados técnicos registrados em sistema disponibilizado pela empresa CONTRATADA ou, na ausência deste, mediante e-mails, contatos telefônicos ou mensagens instantâneas.
- 5.2.10. O prazo para atendimento das manutenções corretivas, contados a partir da abertura dos chamados, será de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, ou outro prazo acordado com a Fiscalização.
- 5.2.11. Nos extintores de incêndio submetidos à manutenção de 2º e 3º nível, a CONTRATADA deverá lacrar a válvula e apor o selo de identificação da conformidade, o anel de identificação da manutenção, a etiqueta de garantia autoadesiva e o quadro de instruções, de acordo com os requisitos da [Portaria nº 58, de 16 de fevereiro de 2022](#), do Inmetro.
- 5.2.12. Na realização das conferências periódicas ou das manutenções dos equipamentos de incêndio, caso seja detectado dano, desgaste ou falha de operação em alguma peça, componente ou dispositivo, a CONTRATADA procederá à substituição, às suas expensas, do item defeituoso por um novo, original e com as características técnicas recomendadas pelos fabricantes dos equipamentos.
- 5.2.13. A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente aos prazos pactuados neste instrumento, observando as penalidades previstas em caso de descumprimento e apresentando previamente à CONTRATANTE, na impossibilidade do cumprimento de algum prazo estabelecido, justificativa formal, a ser avaliada pela Fiscalização do contrato, com a informação de novo prazo para a execução ou conclusão dos serviços.

### 5.3. **Procedimentos da manutenção de segundo nível em extintores**

- 5.3.1. A manutenção de 2º nível dos extintores de incêndio deve ser realizada adotando-se, além de outros que forem cabíveis e necessários, todos os procedimentos

descritos no *item 6.2.3.4* do Anexo I da [Portaria INMETRO nº 58/2022](#) e no *item 5.3.7.1* da ABNT NBR 12962:2016, devendo a Contratada atentar sobremaneira para os seguintes:

- a) desmontagem completa dos equipamentos;
- b) limpeza de todos os componentes internos e externos;
- c) inspeção de dispositivos e partes internas;
- d) substituição de componentes danificados ou desgastados por novos, originais e recomendados pelo fabricante;
- e) execução de recarga e pressurização;
- f) colocação dos anéis, travas e lacres; e
- g) fixação de etiqueta autoadesiva contendo nível de manutenção efetuado, prazo para próxima manutenção de 2º nível (mês e ano) e próxima manutenção de 3º nível (ano).

5.3.2. A frequência da manutenção de 2º nível será sempre anual.

5.3.3. Excepcionalmente, para os extintores com carga de CO<sup>2</sup>, o prazo anual pode ser postergado pela CONTRATADA, caso esta decida por revalidar sua garantia sem abrir o extintor, e desde que ela tenha realizado a manutenção anterior.

5.3.4. A CONTRATADA pode revalidar ou não sucessivamente a garantia dos extintores de CO<sup>2</sup>, observado o prazo limite de 5 (cinco) anos da manutenção de 3º nível, sendo que, em caso de revalidação, o Selo de identificação da conformidade do Inmetro deve ser mantido e a Etiqueta de garantia do fabricante, trocada.

#### 5.4. **Procedimentos de manutenção de terceiro nível em extintores**

5.4.1. A manutenção de 3º nível inclui, além de outros que forem cabíveis e necessários, todos os procedimentos descritos no *item 6.2.4.1* do Anexo I da [Portaria INMETRO nº 58/2022](#) e no *item 5.3.8.1* da ABNT NBR 12962:2016, devendo a Contratada atentar sobretudo para os seguintes:

- a) execução de todos os relacionados à manutenção de 2º nível, inclusive a recarga;
- b) realização do ensaio hidrostático;
- c) determinação da capacidade volumétrica;
- d) substituição do dispositivo de alívio de pressão (DAP) nos extintores de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>); e
- e) repintura parcial ou total dos recipientes, cilindros e ampolas.

## 5.5. Especificação da garantia do serviço

5.5.1. Os prazos de garantia contratual dos serviços objeto desta contratação, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do seu recebimento definitivo, serão os seguintes:

- a) no mínimo 12 (doze) meses, para as manutenções programadas, de natureza preventiva;
- b) no mínimo 90 (noventa) dias, para as manutenções de natureza corretiva;
- c) o prazo do fabricante, para as peças ou componentes de reposição eventualmente necessários nas manutenções.

5.8.2. A título de garantia dos serviços, a CONTRATADA deverá refazer, no todo ou em parte, qualquer serviço em que for verificada a ineficiência de sua execução, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, ou outro acordado com a fiscalização, a partir do recebimento da notificação enviada pela Fiscalização do contrato, sem ônus extra para a CONTRATANTE.

## 6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

---

### 6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, instrumento convocatório e proposta da CONTRATADA.
- 6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 6.1.5. Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 6.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

- 6.1.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Termo.
- 6.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.
- 6.1.9. Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Para tanto, salvo disposição legal que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 6.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 1 (um) mês após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 6.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 6.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 6.2. **São obrigações da CONTRATADA:**

- 6.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo, instrumento convocatório e proposta da CONTRATADA, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 6.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
  - 6.2.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 6.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do contrato ou autoridade superior ([Lei nº 14.133/2021](#), art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



- 6.2.4. Manter a CONTRATANTE prontamente informada quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone, telefones celulares e endereços de e-mail.
- 6.2.5. Transmitir para a CONTRATANTE todas as comunicações oficiais por escrito, por meio de protocolo eletrônico em sistema próprio da contratante ou por email, quando em resposta a solicitações feitas por este meio.
- 6.2.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- 6.2.7. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 6.2.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 6.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078/1990](#)), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no instrumento convocatório, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 6.2.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 6.2.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela Fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
  - 6.2.11.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 6.2.11.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 6.2.11.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 6.2.11.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 6.2.11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 6.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.2.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 6.2.15. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.2.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 6.2.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.2.18. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto descritas neste instrumento.
- 6.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.2.20. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.
- 6.2.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social

ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([Lei nº 14.133/2021](#), art. 116).

- 6.2.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([Lei nº 14.133/2021](#), art. 116, parágrafo único).
- 6.2.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 6.2.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da [Lei nº 14.133](#), de 2021;
- 6.2.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 6.2.26. Efetuar comunicação à Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 6.2.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 6.2.28. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 6.2.29. A CONTRATADA deve aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE e se comprometer a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

## 7. GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133/2021](#), e cada parte responderá pelas

consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133/2021](#), art. 117, caput).
- 7.7. O Fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 22, VI).
- 7.8. O Fiscal técnico do contrato registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133/2021](#), art. 117, §1º, e [Decreto nº 11.246/2022](#), art. 22, II).
- 7.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o Fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 22, III).
- 7.10. O Fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 22, IV).
- 7.11. O Fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do [Decreto nº 11.246/2022](#)).

- 7.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 23, IV).
- 7.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, IV).
- 7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, II).
- 7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, III).
- 7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, VIII).
- 7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme Lei nº 14.133/2021 ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, X).
- 7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto nº 11.246/2022](#), art. 21, VI).
- 7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela Fiscalização e Gestão nos termos do contrato.

7.20. Demais parâmetros relativos à gestão e fiscalização do contrato estão estabelecidos na [Lei nº 14.133/2021](#), na [Portaria SG/MPF nº 174/2019](#) e na [Portaria PGR/MPU nº 28/2023](#).

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), apresentado no Anexo I e elaborado com fundamento no Anexo V-B da [Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MPDG](#), no qual constam os indicadores de desempenho que serão utilizados para a mensuração dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços e correspondentes adequações de pagamento com base nos referidos indicadores, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados acordados;
  - b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.2. A Contratada deverá considerar o IMR como um compromisso de qualidade e eficiência na prestação dos serviços que assumirá junto à Contratante, mediante o qual o pagamento será associado aos resultados efetivamente obtidos, não devendo as eventuais adequações de pagamento resultantes de descumprimentos do IMR ser interpretadas como multas ou penalidades.
- 8.3. Caberá ao Fiscal técnico do contrato monitorar e avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados, conforme as regras e metodologias de medição de resultados descritas no IMR, devendo requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 8.4. A Contratada poderá apresentar justificativa, no prazo de 02 (dois) dias úteis, para a prestação de serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.
- 8.5. O Fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços executados, o qual deverá apor sua assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 8.6. Para o recebimento integral do valor dos serviços, a CONTRATADA deverá cumprir com todas as suas obrigações contratuais, em especial as rotinas de execução refletidas nos indicadores de desempenho.

8.7. O desconto ou glosa no pagamento será efetuado sempre que a CONTRATADA exceder os níveis mínimos toleráveis de ocorrências previstas no IMR, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em caso de descumprimentos reincidentes dos desempenhos e resultados esperados, na forma do Anexo I deste Termo de Referência.

## 8.8. Do recebimento

8.8.1. Os serviços **serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art.140, I, a, da [Lei nº 14.133/2021](#) e [Portaria PGR/MPU nº 28/2023](#), art. 17, XIII).

8.8.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de toda a documentação pertinente que comprove a prestação dos serviços e o cumprimento da obrigação contratual a que se refere a parcela a ser paga.

8.8.1.2. O Fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Portaria PGR/MPU nº 28/2023](#), art. 17, XIII).

8.8.1.3. O Fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo ([Portaria PGR/MPU nº 28/2023](#), art. 17, XIII).

8.8.1.4. O Fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.8.1.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.8.1.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.8.1.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se



verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais conclusão de todos os testes de campo.

8.8.1.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.8.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.8.3.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Portaria PGR/MPU nº 28/2023](#), art. 16, VII).

8.8.3.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.8.3.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.8.3.4. Comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização.

8.8.3.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela Fiscalização e Gestão.

8.8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da [Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do serviço ou no instrumento de cobrança.

8.8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 8.9. Da Liquidação

8.9.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.9.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.9.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) data da emissão; b) dados do contrato e do órgão contratante (Procuradoria da República no Piauí - CNPJ nº 26.989.715/0022-37); c) valor a pagar; e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.9.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133/2021](#).

- 8.9.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.9.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.9.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.9.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 8.10. **Pagamento**

- 8.10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 8.10.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \therefore I = 0,00016438$$

Em que:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;*

*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

- 8.10.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.10.6. Para pagamento de materiais/peças mediante ressarcimento, deve ser apresentada nota fiscal/fatura do fornecedor do material/peça em nome da CONTRATADA, com indicação dos tributos de retenção obrigatória, conforme art. 3º da [Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012](#) e seguindo orientação do Parecer Técnico nº 9/2021/ASSAD.
- 8.10.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.10.8. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que a CONTRATADA comprove, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. SANÇÕES

- 9.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº [Lei nº 14.133/2021](#), o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846/2013](#).
- 9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima relacionadas as seguintes sanções:
- 9.2.1. advertência, na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.2. multa, do tipo:
- 9.2.2.1. sancionatória, calculada com base no valor do orçamento estimado na licitação ou no valor contratado, nos seguintes percentuais:
- | Percentual            | Conduta tipificada      |
|-----------------------|-------------------------|
| 1% (um por cento)     | subitem 9.1.1           |
| 5% (dez por cento)    | subitens 9.1.4 a 9.1.7  |
| 10% (dez por cento)   | subitens 9.1.2 e 9.1.3  |
| 20% (vinte por cento) | subitens 9.1.8 a 9.1.12 |
- 9.2.2.2. moratória, na hipótese de atraso injustificado na execução contratual e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento);
- 9.2.2.2.1. Considera-se em mora as obrigações secundárias, para efeitos de inexecução parcial do contrato, quando cumpridas fora dos

prazos fixados neste termo ou outro prazo concedido formalmente pela CONTRATANTE.

- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da UNIÃO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, pelas infrações administrativas previstas nos [subitens 9.1.2 a 9.1.7](#) deste Termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações administrativas previstas nos [subitens 9.1.2 a 9.1.7](#) deste Termo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave bem como pelas infrações administrativas previstas nos [subitens 9.1.8 a 9.1.12](#) deste Termo.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da [Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da [Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da [Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.6. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022](#).
- 9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.8. Com escope no art. 160 da [Lei nº 14.133/2021](#), a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão

patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 9.9. Demais parâmetros relativos a infrações e sanções administrativas estão estabelecidos na [Lei nº 14.133/2021](#) e na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#).

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR E REGIME DE EXECUÇÃO

---

### 10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O prestador será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, conforme hipótese prevista no art. 75, inciso I, da [Lei nº 14.133/2021](#), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### 10.2. Regime de execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

### 10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e qualificação econômico-financeira, deverão ser observados os requisitos exigidos no Aviso de Dispensa Eletrônica.

10.3.2. O fornecedor deve ter os serviços de manutenção de extintores no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente ou ato constitutivo equivalente.

10.3.3. Conforme art. 23 da [Portaria PGR/MPU Nº 148, de 7 de dezembro de 2022](#), poderá ser exigida das pessoas jurídicas apenas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista.

## 11. ESTIMATIVA DO PREÇO

---



- 11.1. O valor médio total anual estimado da contratação é de **R\$ 1.083,60 (mil e oitenta e três reais e sessenta centavos)**, que consiste em limite máximo para aceitação de proposta vencedora.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, consignados em dotação orçamentária própria:

12.1.1 Gestão/Unidade: **200080**

12.1.2 Fonte de Recursos: **0100000000**

12.1.3 Programa de Trabalho: PTRES **172236**

12.1.4 Elemento de Despesa: 3.3.90.30

12.1.5 Plano Interno: MBASIC

## 13. CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A LEI Nº 12.527/2011

- 13.1. O presente documento tem caráter público, não havendo necessidade de classificá-lo nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

É o termo.

Teresina (PI), (data da assinatura eletrônica).

Servidor	Matrícula	Cargo/Função
Assinado eletronicamente MANOEL MENDES DO CARMO NETO	28485	Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) (Demandante)
Assinado eletronicamente LUCIANO MOURA SANTOS	21473	Membro da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) (Demandante substituto)
Assinado eletronicamente VERBENA SOARES MARTINS SANTIAGO	10084	Membro da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) (SECGC)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ**

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)  
PRM-FLR-PI-00000846/2026**

**ANEXO I  
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

<b>INDICADOR: QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELO FISCAL TÉCNICO</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a qualidade e a eficiência do serviço prestado.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência no ano.
<b>Instrumento de medição</b>	Planilha de registro de ocorrências, baseada em fatores de avaliação, apresentada abaixo.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Registro das ocorrências pelo fiscal técnico na planilha e no módulo de acompanhamento contratual do Sistema de Gestão Administrativa (SGA) do MPF.
<b>Periodicidade</b>	Anual, para as manutenções periódicas, e eventual, para as manutenções de natureza corretiva.
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Quantidade de ocorrências registradas.
<b>Início de vigência</b>	Data do início da execução dos serviços.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	0 a 2 ocorrências: pagamento integral da fatura; 3 ocorrências: desconto de 1% do valor da fatura da Unidade respectiva; 4 ocorrências: desconto de 2% do valor da fatura da Unidade respectiva; 5 ocorrências: desconto de 3% do valor da fatura da Unidade respectiva. Acima de 5 ocorrências no mês: desconto de 5% do valor da fatura. Reincidência de 5 ou mais ocorrências por dois meses consecutivos ou 5 meses intercalados dentro de cada período de 12 meses de contrato: desconto de 10% do valor da fatura.
<b>Sanções</b>	Acima de 5 ocorrências no mês, ou no caso de reincidências como avaliado acima: além de aplicação de desconto, deve-se solicitar a abertura de procedimento de verificação de descumprimento contratual.

## Planilha de Registro de Ocorrências para o IMR

ANO DA AVALIAÇÃO: ____/____		
ITEM	FATOR DE AVALIAÇÃO	OCORRÊNCIA
1	Designar funcionário sem a devida habilitação ou qualificação para a execução dos serviços.	
2	Não cumprir o cronograma de execução (ou outro prazo acordado com a Fiscalização) de atendimento anual dos serviços de manutenção periódica.	
3	Não atender, dentro dos prazos previstos no contrato ou outros acordados com a Fiscalização, os chamados técnicos para a realização das manutenções de natureza corretiva.	
4	Aplicar, na execução dos serviços, materiais ou componentes de reposição usados ou de qualidade inferior à recomendada pelo fabricante dos equipamentos.	
5	Executar serviço de forma incompleta ou paliativa como por completo e definitivo, ou deixar de providenciar sua complementação no prazo estabelecido pela Fiscalização.	
6	Recusar-se a refazer ou corrigir, no prazo estabelecido, serviço não aceito pela Fiscalização.	
7	Deixar de encaminhar, conforme os prazos previstos no contrato ou outros acordados com a Fiscalização, relatórios, laudos técnicos e outros documentos solicitados.	



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ**

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)  
PRM-FLR-PI-00000846/2026**

**ANEXO II  
MAPA DE RISCOS**

**FASE DE ANÁLISE**

- ( ) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor  
( X ) Gestão e Fiscalização do Contrato

<b>RISCO 01: Não atendimento das conformidades técnicas nas manutenções, como recarga incorreta ou não substituição do agente extintor dos cilindros, quando necessária.</b>		
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	( X ) Média
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo	( X ) Alto
<b>Dano</b>		
Extintores inoperantes e potencialização dos riscos à segurança dos usuários e à integridade do patrimônio público.		
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsáveis</b>	
Realizar uma fiscalização técnica atuante, proativa e rigorosa quanto ao fiel cumprimento das especificações técnicas dos serviços.	COOR-PRM/FLR/PI	
<b>Ações de Contingência</b>	<b>Responsáveis</b>	
Utilizar o IMR para verificação das falhas de execução cometidas pela Contratada e, sempre que constatadas, aplicar os devidos descontos nos valores pagos. Solicitar a substituição do executor e/ou responsável técnico pelos serviços. Instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidades. Rescindir o contrato e providenciar nova contratação, em casos extremos de inexecução parcial ou total.	COOR-PRM/FLR/PI, SECGC, CA, SE	

<b>RISCO 02: Utilização de peças ou materiais não certificados.</b>		
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	( X ) Média
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo	( X ) Alto
<b>Dano</b>		
Comprometimento da eficácia dos equipamentos e potencialização dos riscos à segurança dos usuários e à integridade do patrimônio público.		
<b>Ações Preventivas</b>	<b>Responsáveis</b>	
Exigir notas fiscais e certificações das peças ou materiais substituídos. Inspecionar, no ato do recebimento e em períodos regulares, os extintores mantidos e os materiais eventualmente empregados em substituição aos defeituosos.	COOR-PRM/FLR/PI	
<b>Ações de Contingência</b>	<b>Responsáveis</b>	
Notificar a Contratada e exigir a substituição imediata dos materiais não certificados. Instaurar processo administrativo para apuração de	COOR-PRM/FLR/PI, SECGC, CA, SE	

responsabilidades, em caso de não atendimento, total ou parcial, dos serviços contratados. Rescindir o contrato e providenciar nova contratação, se constatada a responsabilidade da empresa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.	
---	--

**RISCO 03: Ausência de documentação adequada da manutenção, como laudos e relatórios técnicos.**

<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo	( X ) Médio	( ) Alto

**Dano**

Impossibilidade de comprovar a necessidade de intervenções corretivas ou de reposição de peças ou materiais.

<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsáveis</b>
------------------------	---------------------

Conferir o atendimento, pela Contratada, da lista de documentos obrigatórios.	COOR-PRM/FLR/PI
---	-----------------

<b>Ações de Contingência</b>	<b>Responsáveis</b>
------------------------------	---------------------

Notificar a Contratada para exigir a imediata entrega dos documentos pendentes. Instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidades, em caso de não atendimento da documentação exigida.	COOR-PRM/FLR/PI, SECGC, CA, SE
--	-----------------------------------

**RISCO 04: Inobservância das normas de segurança, a exemplo das previstas nas NRs do MTE e NBRs da ABNT.**

<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa	( X ) Média	( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo	( ) Médio	( X ) Alto

**Dano**

Risco à integridade física das pessoas.

<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsáveis</b>
------------------------	---------------------

Conferir o atendimento, pela Contratada, da lista de documentos obrigatórios.	COOR-PRM/FLR/PI
---	-----------------

<b>Ações de Contingência</b>	<b>Responsáveis</b>
------------------------------	---------------------

Notificar a Contratada para exigir a imediata entrega dos documentos pendentes. Instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidades, em caso de não atendimento da documentação exigida.	COOR-PRM/FLR/PI, SECGC, CA, SE
--	-----------------------------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-FLR-PI-00000846/2026 MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

.....  
Signatário(a): **MANOEL MENDES DO CARMO NETO**

Data e Hora: **03/03/2026 13:26:24**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **VERBENA SOARES MARTINS SANTIAGO**

Data e Hora: **03/03/2026 13:48:48**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **LUCIANO MOURA SANTOS**

Data e Hora: **05/03/2026 12:14:56**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8107cf3c.44cee5c2.1d4897fd.3446f36b